

SUBJETIVAÇÕES DAS MULHERES EM MÍDIAS SOCIAIS: entre sofrimentos psíquicos e redes de apoio

Rayssa Silva TORRES¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar, a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, os possíveis desdobramentos dos usos das mídias sociais nos processos de subjetivações das mulheres, como também identificar outras possibilidades de usos de tais tecnologias por esses grupos. A relevância deste estudo surge em um contexto onde há uma carência de publicações no Brasil sobre o tema, e possibilita novos debates sobre as relações que as mulheres estabelecem com essas redes, os modos de construção de subjetividades femininas, as diferentes formas de sofrimento psíquico nas quais as mulheres estão submetidas, e a capacidade de criação de redes de apoio e *ciberativismo* nestes ambientes. Este estudo também parte de uma perspectiva interseccional de gênero, considerando uma pluralidade no conceito “mulheres” e propondo articulações entre as relações de gênero, classe e raça em sua análise. Tal recorte também se faz necessário, pois entende-se que a experiência do sofrimento psíquico se manifesta de formas diferentes entre mulheres e homens. Desta forma, utilizou-se como método de pesquisa a revisão de literatura, buscando articular o tema estudado com autoras/es como Byung-Chul Han, González Rey, Naomi Wolf, Pierre Lévy e Valeska Zanello. Portanto, concluímos que as mídias sociais exercem influências e desdobramentos que marcam as subjetividades femininas de forma antagônica, pois, se por um lado elas criam novas demandas e problemáticas, elas também oferecem a possibilidade de transformação de suas vidas através da troca de conhecimentos, da consolidação de redes de apoio e pela reivindicação de direitos.

Palavras-chave: Mulheres. Subjetividade. Redes Sociais. Sofrimento Psíquico. Redes de Apoio

Abstract

This article analyzes, from the perspective of Historical-Cultural Psychology, the possible consequences of the use of social media in the subjectivation process of women, as well as to identify other possibilities for the use of such technologies by these groups. The relevance of this study arises in a context where there is a lack of publications in Brazil on the subject. Enables new debates about the relationships that women establish with these networks, the ways in which female subjectivities are constructed, the different forms of psychic suffering in which women are subjected, and the ability to create support networks and cyberactivism in these environments. This study also starts from an intersectional gender perspective, considering a plurality in the concept of “women” and proposing articulations between gender, class and race relations in its analysis. This perspective is also necessary, as it is understood that the experience of psychic suffering manifests itself in different ways between women and men. Thus, the literature review was used as a research method, seeking to articulate the subject studied with authors such as Byung-Chul Han, González Rey, Naomi Wolf, Pierre Lévy and Valeska Zanello. Therefore, we conclude that social media exert influences and developments that mark female subjectivities in an antagonistic way, because, if on the one hand they create new demands and problems, they also offer the possibility of transforming their lives through the exchange of knowledge, consolidation of support networks and the demand for rights.

Keywords: Women. Subjectivity. Social Media. Psychic Suffering. Support networks

¹Pós-graduanda em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela FPB. Graduada em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda (2022). Graduada em Administração pela UFPE (2021). E-mail: rayssatorrespsi@gmail.com

Introdução

O Brasil possui hoje cerca de 152.000.000 de pessoas que utilizam a internet diariamente, o que equivale a 81% da população do país com 10 anos ou mais. Esses dados são da pesquisa TIC Domicílios (CGI.br, 2021), que mapeia o uso e acesso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil. Segundo a pesquisa, as principais atividades realizadas em ambiente virtual são a troca de mensagens instantâneas, as conversas e chamadas de voz ou vídeo, e a utilização de redes sociais digitais. Em comparação com os homens, apesar de obterem um índice semelhante de acessos, as mulheres são hoje o público que mais utiliza a internet, mas não se reflete em vantagens para esse público no ambiente digital.

De acordo com Luciana Zenha (2018), o conceito de rede está presente em toda a história e diz respeito a um agrupamento e/ou organização de pessoas em diferentes ambientes, sendo estas tomadas por um propósito ou objetivo comum. É um conceito comum em diferentes áreas do conhecimento e de amplo significado, e se estendeu para o campo digital a partir do século XX, com a popularização do computador e da internet. Para fins desta pesquisa, classificamos “redes sociais” e “mídias sociais” como sinônimas, tendo como exemplo plataformas, sites, blogs ou fóruns diversos que permitem o contato entre sujeitos no mundo virtual, ou naquilo que Pierre Lévy (2010) chama de “ciberespaço”. Entre elas, podemos destacar o *Facebook*, *Instagram*, *LinkedIn*, *Twitter*, *Whatsapp* e *Youtube*.

O ciberespaço, segundo Pierre Lévy (2010), é um “espaço” imaterial e construído a partir das conexões realizadas entre redes de computadores e celulares, e que permitem novas formas de interação e comunicação assíncronas, eliminação de fronteiras geográficas, acesso à distância a arquivos e documentos, troca de mensagens, discussão e debates sobre temas diversos, ensino e aprendizagem em grupo e a possibilidade de criação de novos planos de existência e de comunidades virtuais. Apesar da sua imaterialidade, este espaço não pode ser entendido como algo fictício, irreal e neutro. Ele possui interrelações com o mundo “offline” e está aberto a constantes modificações, acolhendo individualidades, e “oferece a muitos o acesso à expressão” (LÉVY, 2010, p. 241). Ainda de acordo com Pierre Lévy, “O ciberespaço surge como a ferramenta de organização de comunidades de todos os tipos e de todos os tamanhos em coletivos inteligentes,

mas também como instrumento que permite aos coletivos inteligentes articularem-se entre si” (LÉVY, 2010, p. 135). Ele também destaca que o ciberespaço não age de forma autônoma, pois sua utilização depende da atuação humana, e são esses atores humanos que utilizam suas potencialidades para o bem ou para o mal.

Em consonância ao pensamento de Lévy, autores como Anthony Giddens (2006) e Zygmunt Bauman (2007) nos alertam para o conjunto de transformações sociais, políticas e comportamentais provocadas pela ascensão das tecnologias digitais. Para Giddens (2006, p.23), “a comunicação instantânea não é apenas um meio de transmitir informações com maior rapidez. A sua existência altera o próprio quadro das nossas vidas”. Para esses autores, essas tecnologias possibilitam melhor acesso e compartilhamento de informações, a articulação de movimentos sociais, fomentam o debate público, e ampliam o campo de socialização dos indivíduos, provocando mudanças em todas esferas da vida humana, desempenhando um papel central para o desenvolvimento das sociedades.

No que diz respeito aos estudos sobre os desdobramentos que essas redes sociais produzem nas subjetividades dos indivíduos, sobretudo das mulheres, há uma carência de publicações no Brasil sobre o tema. Sobre subjetividades, consideramos aqui a compreensão dialética pautada na Psicologia Histórico-Cultural, que entende o indivíduo como resultado de suas relações sociais e vinculado às suas condições sócio-históricas (REY, 2004, 2005). Neste sentido, o recorte de gênero (SCOTT, 1990) se fez necessário na pesquisa, pois entendemos que a experiência do sofrimento psíquico é “gendrada”, ou seja, afeta de maneira distinta mulheres e homens (ZANELLO, 2018). Elegemos, então, as mulheres como tema de estudo a partir do conceito de interseccionalidade, articulando questões de raça, gênero e classe na análise (AKOTIRENE, 2019). Também devemos destacar a importância de situar as mulheres como sujeitos históricos coletivos, que devem ser nomeados nos debates sobre ciência e tecnologia (HARAWAY, 2009; SCOTT, 1990). Sendo assim, o texto integra minha própria experiência pessoal como mulher cisgênero, branca e usuária de tais tecnologias, justificando o uso de verbos em primeira pessoa do singular e plural ao longo da escrita.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar os possíveis desdobramentos dos usos das redes sociais nas subjetividades das mulheres. Como objetivos específicos, destacam-se: discutir sobre como as subjetividades das mulheres são construídas; discutir sobre os possíveis desdobramentos dos usos das mídias sociais nas subjetividades das mulheres; identificar os possíveis usos das mídias sociais pelas mulheres (páginas, perfis, grupos). Para tal, utilizamos como método de pesquisa a revisão de literatura simples, realizada por meio de pesquisa exploratória e com base em uma análise de dados qualitativa.

De acordo com Severino (2016), a revisão de literatura é o meio pelo qual o pesquisador se utiliza de registros de fontes e pesquisas publicadas anteriormente por outros autores. Para o autor, as pesquisas bibliográficas de cunho exploratório buscam então explorar um tema com base no que outros autores já trabalharam, “levantando informações sobre um determinado objeto” (SEVERINO, 2016, p.132). Após levantadas as informações em pesquisas já publicadas, é realizada então uma análise de dados qualitativa por meio da investigação dos textos com objetivo de compreender os diferentes pontos de vista a respeito do assunto estudado, como também articular os conteúdos, podendo assim levantar possíveis conclusões.

Desta forma, realizamos então a leitura de artigos científicos publicados na plataforma Scielo utilizando os descritores: saúde mental e redes sociais; sofrimento psíquico e mulheres; redes sociais e mulheres; feminismo e redes sociais; *ciberfeminismo*. Assim, encontramos 291 artigos publicados. Como critério de inclusão neste trabalho, optamos pela escolha de 27 artigos escritos em língua portuguesa, e que possuem relação com o tema pesquisado. Os artigos foram lidos na íntegra, e ampliados a partir da articulação com autoras e autores como Anthony Giddens, Byung-Chul Han,—Denise Sant’Anna, Donna Haraway, Joana Novaes, Naomi Wolf, Patricia Hill Collins, Pierre Lévy, Valeska Zanello, Vladimir Safatle e Zygmunt Bauman.

Notas sobre os modos de subjetivações das mulheres

A subjetividade é um conceito amplo e utilizado frequentemente pela Psicologia e por outras áreas do conhecimento científico, e seu uso está quase sempre associado ou posto como sinônimo de outros conceitos, tais como individualidade, personalidade e identidade (SILVA, 2009). O objetivo deste trabalho não é realizar tais distinções, contudo, para fins de compreensão do texto, entendemos a subjetividade a partir da contribuição da Psicologia Histórico-Cultural, ou seja, como um “processo de constituição do psiquismo” (SILVA, 2009, p. 174) e que envolve uma relação dialética entre aquilo que nos é particular e o que é externo à nossa existência. Esta visão, desenvolvida principalmente através das ideias de Vygotsky, rompeu com tradicionais compreensões pautadas em dicotomias sobre o biológico e o social, como também perspectivas individualizantes sobre os processos de saúde e doença (AITA; FACCI, 2011; REY, 2004, 2005).

Para a Psicologia Histórico-Cultural, é a partir desta reciprocidade entre o que nos é interno e externo, somadas aos contextos históricos, culturais e sociais, que se produzem as diferentes experiências que caracterizam o que é particular em cada pessoa (REY, 2004, 2005). Além disso, González Rey (2004, p. 67) afirma que “outros contextos sociais podem acarretar consequências diferentes nas histórias pessoais marcadas pela fome, pelo estupro e pela violência, [...], e como resultado ter também impactos diferentes na configuração da subjetividade”. A partir de tal explicação, entendemos que diferentes contextos nos quais as pessoas estão expostas, que podem ser marcados por vivências de privilégios ou de vulnerabilidades, vão produzir consequências diferentes em suas histórias e em seus processos de subjetivação. Sendo assim, a depender do contexto em que estão inseridas, essas pessoas terão acesso diferencial a determinados recursos, e este fato pode repercutir em seus processos de saúde e doença (REY, 2004, 2005). Esta é uma perspectiva crítica à concepção biomédica e naturalizante da saúde mental e, neste caso, se contrapõe a uma ideia que culpabiliza apenas o sujeito pelo seu sofrimento psíquico², já que todo adoecimento envolve características biológicas, psíquicas e sociais (SILVA; TULESKI, 2015; SILVA, 2021).

² Sobre sofrimento psíquico ou adoecimento mental, entendemos este como “um processo de desorganização e/ou desintegração do psiquismo” (SILVA, 2021, p. 233).

Por se tratar de um processo, o conceito de subjetividade também abrange dinamicidade e transformação, e não pode ser entendido como uma categoria singular ou estática, pois existem diferentes subjetividades e modos de subjetivação (SILVA, 2009). Esta definição é ampliada nos estudos de Michel Foucault, para o qual “a subjetividade não é alguma coisa que *nós somos*; é uma atividade que *nós fazemos*. A subjetividade é relacional, dinâmica e inquieta, potencialmente indisciplinada e imprevisível” (McGUSHIN, 2018, p. 176). Ainda de acordo com Foucault, a subjetividade não pode ser compreendida como uma essência, mas como uma prática e/ou ação (McGUSHIN, 2018).

Segundo Valeska Zanello, os modos de subjetivação de mulheres e homens perpassam uma questão de gênero, pois “as mulheres se subjetivam por meio do dispositivo amoroso e materno; e os homens, por meio do dispositivo da eficácia” (ZANELLO, 2022, p.57). A autora acredita que os estereótipos de gênero, ainda pautados no binarismo masculino ou feminino, geram sofrimentos psíquicos distintos para homens e mulheres. Por este motivo, o discurso do sofrimento para os homens está quase sempre relacionado com questões de trabalho ou virilidade sexual, no caso das mulheres os temas mais observados são preocupações com o corpo, maternidade, família, silenciamento e relações amorosas (ZANELLO, 2018). Para as mulheres negras, as imagens estereotipadas de serviçal obediente, da matriarca agressiva, da mãe fracassada que faz uso de benefícios do Estado e da mulher vulgar, as colocam em posição de desumanização e/ou desvalidação de sofrimentos advindos do racismo (COLLINS, 2019; KILOMBA, 2019)

Esta percepção é acentuada quando nos deparamos com dados da Organização Mundial de Saúde sobre transtornos de ansiedade, depressão e mortalidade por suicídio no Brasil. De acordo com dados da Organização Pan-Americana de Saúde, o Brasil ocupa hoje a primeira posição entre os países que mais sofrem com transtornos de ansiedade, e a sexta posição quando tratamos a respeito de transtornos depressivos (PAHO, 2021). Além disso, um boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde em setembro de 2021 também revela que, entre 2010 e 2019, ocorreram 112.230 mortes por suicídio no país. Embora o índice de mortalidade por suicídio seja maior entre os homens, as mulheres cometem mais tentativas e realizam mais lesões autoprovocadas. O

boletim destaca que essa menor letalidade das mulheres pode estar relacionada os fatores como “o baixo consumo de álcool em relação aos homens, redes de apoio mais consolidadas, um cuidado maior com sua própria saúde e emprego de meios menos letais” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021, p. 7). O estudo também aponta a questão geracional e a vulnerabilidade social vivida pela população LGBTQIAPN+ como fatores de risco para o suicídio.

Observamos também que grande parte das publicações sobre o conceito de subjetividade não articulam em suas análises as questões de gênero, raça e classe. Neste ponto, concordamos com a afirmação de Djamila Ribeiro (2019, p. 41) de que “a insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto”, neste caso todo o foco recai para o estereótipo da mulher branca, magra, cis e heterossexual. Assim, quando colocamos as mulheres como tema de estudo, consideramos de grande importância essa articulação, pois sabemos que a vida das mulheres negras e/ou trans é impactada de maneira significativa e distinta pelas experiências do racismo e da desigualdade socioeconômica (JESUS, 2021).

É incontestável o fato de que o racismo impacta nas subjetividades das mulheres negras e produz efeitos em sua saúde física e mental. Esses efeitos englobam sentimentos de desumanização, invisibilidade, exclusão social, tristeza, ansiedade, prejuízos na autoestima, depressão, transtornos psiquiátricos, e outros (SANTOS; DIAS, 2022). Na mesma direção, esses impactos também são sentidos pela população trans e travesti devido à constante negação de direitos e imposição de situações de marginalização que são submetidas (JESUS, 2021).

Somadas às questões já apresentadas, Vladimir Safatle (2021) e Byung-Chul Han (2018c; 2018b) também alertam para os efeitos do neoliberalismo na constituição psíquica dos sujeitos. De acordo com Safatle, o neoliberalismo cria doenças, novos sofrimentos e marca as subjetividades. Para Han, ele cria uma forma de poder não-coercitivo e uma violência da positividade pautada na superprodutividade e no superdesempenho. No lugar da proibição, da repressão e da negatividade, é vendida uma ideia de falsa liberdade na qual todo esforço é recompensado pelo mérito. Na corrida por esse sucesso, o sujeito se insere em um processo de autocobrança, que resulta em sentimentos de cansaço e possíveis

adoecimentos psíquicos. Já de acordo com Safatle, “o sofrimento psíquico guarda uma dimensão de expressão de recusa e de revolta contra o sistema social de normas” (SAFATLE, 2021, p. 33), ou seja, esse sofrimento aponta para uma não aceitação e um caráter de resistência do sujeito para com as normas pré-estabelecidas. Para as mulheres, o sofrimento pode revelar uma não conformidade com os padrões de feminilidade impostos pela sociedade.

Portanto, apesar dos adoecimentos psíquicos acometerem as pessoas de maneira única e singular, há um caráter político e social em tais sofrimentos. No caso das mulheres, esse caráter coletivo do sofrimento permite que suas vivências semelhantes sejam compartilhadas e reconhecidas entre si, possibilitando a criação de redes de apoio, pois existe uma “partilha social do gênero no sofrimento psíquico” (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015, p. 239). Esta rede de solidarização, apoio e proteção entre mulheres é muito conhecida dentro do movimento feminista partir do termo sororidade, cunhado pela Kate Milet (COSTA, 2021). Contudo, como observado pela Vilma Piedade, este termo ainda é frequentemente utilizado sem considerar as variáveis interseccionais de raça, classe e gênero, e carecia de uma redefinição. Sendo assim, ela cunhou o conceito de “dororidade” para se referir à união de mulheres a partir do compartilhamento de experiências de dor e sofrimento, o que direciona um olhar mais atento para as experiências de racismo sofrido pelas mulheres pretas (COSTA, 2021).

Subjetivações das mulheres em tempos de mídias sociais

A popularização da internet e das mídias sociais suprimiu as barreiras entre o privado e o público, como também entre o mundo online e offline, impactando direta e indiretamente na forma como os indivíduos constroem suas subjetividades (HAN, 2018a; HASKY; FORTES, 2022). Para autores como Bauman (2007) e Han (2018a), utilização dessas tecnologias pode afetar negativamente as relações interpessoais, tornando-nos seres mais individualizados e imediatistas, preocupados apenas com a imagem e a superexposição do íntimo, e criando uma confusão entre os limites do público e do privado. Esse uso também pode gerar prejuízos para a qualidade de vida das pessoas em termos de saúde física e emocional, desencadeando problemas de concentração, aprendizagem, alterações no sono, aumentando a presença de sintomas ansiosos e depressivos (MOROMIZATO *et al.*, 2017).

No que diz respeito às mulheres, esses impactos são acentuados quando retomamos a análise de que os estereótipos de gênero provocam sofrimentos psíquicos distintos dos que são sentidos pelos homens (ZANELLO, 2018). Para as mulheres, antes mesmo da popularização da internet no século XX (GIDDENS, 2006), a publicidade já vendia, através do seu discurso, estilos de vida e padrões sociais que reforçam papéis ditos como femininos, principalmente a preocupação com o corpo e a aparência física (TEIXEIRA, 2009). No livro *História da Beleza no Brasil*, Denise Bernuzzi de Sant’anna (2014) destaca o papel da publicidade na criação e recriação dos ideais de beleza. Para a autora, “desde a década de 1880, um novo apreço pela aparência jovem ganhou espaço na propaganda impressa” (SANT’ANNA, 2014, p. 25). Isso se deu principalmente pela Proclamação da República, em 1889, e pela ascensão dos ideais modernistas e de progresso científico. Desde então, a publicidade passou a se debruçar sobre assuntos relacionados à saúde e embelezamento, cuidados com o corpo, higiene, produtos de beleza e perfumaria.

A beleza tornou-se então uma indústria, moldada a partir de cada época e contexto histórico e cultural específico. O que antes era tido como um dom ou aspecto de “natureza divina”, agora é algo que pode ser alcançado com esforço e mérito. Nas revistas e propagandas esse mercado da beleza é ampliado e vendido como um estilo de vida (SANT’ANNA, 2014; TEIXEIRA, 2009). Conforme dito pelas autoras Amliz Lopes e Érika Mendonça (2016, p. 22), “os meios midiáticos, como a televisão, revistas, jornais, outdoors e redes sociais, contribuem na produção e propagação de valores e, portanto, de modos de se constituir sujeito”. Neste ponto, vale ressaltar que a mídia e a indústria da beleza eram voltadas primordialmente para o público branco e, quando destinadas ao corpo negro, buscavam propagar ideias eugenistas de branqueamento da pele (SANT’ANNA, 2014) ou de sexualização da mulher negra (hooks, 2019). A historiadora Giovana Xavier explica o uso de artifícios para clareamento da pele negra “como uma alternativa para se manterem vivas e seguras” (XAVIER, 2021, p. 79).

Em “O intolerável peso da feiúra”, Joana Novaes (2013) também destaca o aspecto moral atribuído à beleza, retomando a dimensão social e cultural do corpo. Para ela, a não conformidade com os padrões de beleza também é uma forma de exclusão social, pois é em torno do corpo que “se constroem laços de aliança, de

admiração, de amizade e de afeto, mas também se justificam gestos de antagonismo, de discriminação e de exclusão” (NOVAES, 2013, p. 16). Sendo assim, na possibilidade de serem incluídas socialmente, as mulheres passam a se utilizar de diferentes métodos de embelezamento, que vão desde dietas, procedimentos estéticos e cirurgias plásticas³.

Para Naomi Wolf (2019), essas imagens propagadas sobre o corpo das mulheres servem como um instrumento político para mitigar os avanços e progressos conquistados pelas mulheres na sociedade, o que ela denominou como “mito da beleza”. Esse mito afeta todas as mulheres e vai “pouco a pouco, tomando conta da vida simbólica/subjetiva do sujeito” (NOVAES, 2013, p.30). Ele também é utilizado como um recurso para acentuar a competitividade e rivalidade feminina, colocando as mulheres umas contra as outras, o que dificulta a ascensão social e obtenção de poder por parte desses grupos (WOLF, 2019).

Nas redes sociais, os ideais de beleza da mulher padronizada são intensificados através do culto ao “corpo perfeito” (APROBATO, 2018). No Brasil, ainda existem poucos trabalhos acadêmicos que se dedicam a analisar os impactos que essas mídias sociais produzem nas subjetividades dos indivíduos, especialmente quando definimos as mulheres como tema de estudo. Contudo, já é possível identificar pesquisas que relacionam o uso destas plataformas digitais com a insatisfação corporal de mulheres adolescentes (APROBATO, 2018; LIRA *et al.*, 2017; SERPA, 2016), como também com a naturalização de discursos misóginos e racistas contra mulheres negras (TRINDADE, 2020), e a pedofilização dos corpos femininos (SERPA, 2016)

Em estudo realizado com 212 adolescentes do gênero feminino, de idade entre 10 a 18 anos, constatou-se que 85,8% das entrevistadas demonstrou insatisfação com a própria imagem corporal. Esta insatisfação também esteve associada com a frequência de uso das redes sociais e a internalização de padrões ideias de beleza. De acordo com o estudo, meninas que acessam redes sociais como *Facebook* e *Instagram* diariamente têm mais chances de se sentirem insatisfeitas com a sua aparência e internalizarem um padrão de beleza que valoriza

³ Segundo o Portal de Notícias G1, o Brasil está em segundo lugar no ranking de países que mais realizam cirurgias plásticas no mundo, ficando apenas atrás dos EUA (GARCIA, 2022).

o corpo magro (LIRA *et al.*, 2017). Também se faz necessário ressaltar que, para o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), a insatisfação corporal é considerada fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares, tais como bulimia e anorexia (FORTES *et al.*, 2015).

Naomi Wolf (2019) também discute sobre os efeitos da superexposição à pornografia nas sexualidades e subjetividades das mulheres. Ela demonstra uma preocupação especial para uma “pornografia da beleza”, estampada nas capas de revistas, filmes e televisão. Esta forma “leve” de conteúdo pornográfico constrói a identidade sexual das mulheres e produz efeitos que intensificam a pressão contra o próprio corpo, causando insatisfação e obsessão com a imagem corporal, naturalização de violências, repressão sexual, e ódio a si, “tornando mulheres violentas consigo mesmas” (WOLF, 2019, p. 208). Essa objetificação das mulheres ganha uma outra repercussão quando partimos para analisar o caso das mulheres negras. De acordo com Patricia Hill Collins (2019, p. 238), “as imagens pornográficas aplicadas a mulheres brancas e a mulheres de cor são diferentes”, pois, se as mulheres brancas são representadas como objetos, as não-brancas são desumanizadas e reduzidas a categoria de animais (COLLINS, 2019).

A superexposição à pornografia também impacta nas subjetivações e sexualidades de crianças e adolescentes, como destacado através do estudo da pesquisadora Monise Serpa (2016) sobre erotização infantil, pedofilização e relações de gênero. Para Monise Serpa (2016, p.47), “por meio do desenvolvimento do ciberespaço, a pedofilia ganhou um terreno fértil para seu exercício e divulgação”. O compartilhamento sem autorização de imagens íntimas (ou vazamento de *nudes*) também pode gerar consequências na vida das mulheres e meninas, refletindo no cotidiano das vítimas por meio de julgamentos morais, culpabilização, violências físicas e verbais, depressão e tentativas de suicídio (CASTELLO *et al.*, 2021, p. 78).

Com a ascensão da internet e das mídias sociais, houve também a proliferação dos discursos de ódio. Isso se deu principalmente pela falsa sensação de uma dissociação entre o “real” e o “virtual”, pela ausência de cumprimento de leis que punam com seriedade os crimes cibernéticos, e pela possibilidade de anonimato por trás de tais discursos (HASKY; FORTES, 2022; ROSHANI, 2020;

TRINDADE, 2020). Nesta medida, também é importante ressaltar que grande parte das manifestações de ódio publicadas no ambiente do ciberespaço são destinadas às mulheres negras, e que estas “representam 81% das vítimas de discursos racistas no Facebook” (TRINDADE, 2020, p. 30). Elas também são alvo de discriminações raciais algorítmicas, tendo seus corpos inviabilizados ou associadas a categorias negativas nos bancos de imagens, filtros ou aplicativos de visão computacional e inteligência artificial (CARRERA, 2020). Essa violência, além de ser um reflexo de como a cultura e a sociedade representam os corpos das mulheres negras como descartáveis, desumanizados e hiperssexualizados, também são uma forma de reforçar e perpetuar tais imagens (COLLINS, 2019; hooks, 2019).

São a partir destes modelos e representações de gênero, agora amplamente disseminados através das redes sociais, que as subjetividades femininas são constituídas (SERPA, 2016). Contudo, pensar as subjetividades das mulheres apenas como um produto ou construção dessas interações sociais é, de certa forma, reduzir as experiências das mesmas e invisibilizar suas capacidades de construção e ação social.

Outras possibilidades de usos das mídias sociais

Os modos de subjetivação dos sujeitos são marcados pela interação entre aquilo que lhe é interno e externo, como também pela relação com seu contexto histórico-cultural (AITA; FACCI, 2011; REY, 2004, 2005). Por este motivo, não há como sustentar a ideia de que há uma essência universal feminina comum a todas as mulheres, ou de que suas subjetividades são moldadas e constituídas exclusivamente pela interação que estas possuem com as redes sociais, pois elas são capazes de construir, e constroem, outras possibilidades de usos e significados para tais plataformas digitais.

Embora as redes sociais possuam um caráter disseminador de estereótipos e violências diversas contra as mulheres, a ocupação desses espaços virtuais também as possibilitam acesso a informações e conhecimento que ultrapassam as barreiras do digital (COELHO; 2016; SANTOS, 2018), promovendo a articulação de mulheres em grupos sociais e organizações políticas, e criando uma forma de fazer a militância feminista denominada *ciberfeminismo* (MARTINEZ, 2019, 2021).

As discussões sobre feminismos e tecnologia remontam aos anos 70 e 80, mas ganharam fôlego com a popularização da internet nos anos 90, como também sob influência dos estudos de Donna Haraway (FERREIRA, 2015). As primeiras pautas *ciberfeministas* já questionavam normas ligadas aos padrões estéticos de feminilidade (FERREIRA, 2015), e foram alcançando espaço não como uma nova vertente feminista (SANTOS, 2018), mas como uma apropriação do ciberespaço para a disseminação de ideias, troca de experiências e conhecimentos, o que possibilitou uma maior aproximação e visibilidade para as mulheres e suas demandas, facilitando também a organização de movimentos de rua (COELHO, 2016; FERREIRA, 2015; MARTINEZ, 2019, 2021; SANTOS, 2018).

Mas essa militância virtual também é alvo de críticas. Para Byung Chul Han (2018a), o ativismo digital não chega à vida “real” dos sujeitos, pois as manifestações em rede “se inflam repentinamente e se desfazem de maneira igualmente rápida” (2018a, p. 21). Há também quem associe o *ciberfeminismo* a um feminismo elitizado, considerando o fato de que o acesso à internet no Brasil ainda não é democratizado para todas as pessoas (MARTINEZ, 2021). Em contrapartida, os últimos anos foram acompanhados de um aumento significativo no uso de internet por populações residentes de áreas rurais ou por pessoas “segregadas” socialmente – em termos econômico, de gênero, raça ou de idade (CGI.br, 2021). Além disso, pesquisadoras já apontam para a importância da militância virtual na transformação da realidade de vida das mulheres, como também para a discussão e construção de políticas públicas que atendam às demandas deste público (CALDAS, 2017; COELHO, 2006; OLIVEIRA; PINTO, 2016; ROSHANI, 2020).

Na plataforma do *Twitter*, ações como a disseminação das *hashtags* #MeuAmigoSecreto e #MeuPrimeiroAssédio, criadas pelos coletivos feministas “Think Olga” e “Não me Kalho”, auxiliaram mulheres a relatarem situações de machismo, assédio e violências sofridas pelas mesmas, impactando também no aumento de denúncias realizadas ao Canal de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (COELHO, 2016). O uso das *hashtags* também foi empregado para modificar expressões racistas nas redes sociais, por iniciativa da Monique Evelle. Ela reformulou a frase “A coisa tá preta”, para a expressão “Se a coisa tá preta, a coisa tá boa”, modificando o tom

discriminatório da expressão, e “viralizou ao redor do Brasil com as hashtags #seacoisatapreta, #seacoisatapretaacoisataboa” (ROSHANI, 2020, p. 57).

No *Facebook*, publicações criticando uma campanha publicitária da marca Skol ganharam repercussão na mídia em fevereiro de 2015. A peça em questão foi vinculada na época das festividades de carnaval, e trazia frases como “Esqueci o não em casa”, gerando repercussões negativas e descontentamento do público feminino, principalmente por incitar o assédio e a cultura do estupro. Após as manifestações nas redes, a empresa decidiu retirar a campanha de circulação e modificar seu discurso, trazendo novas frases para suas peças, tais como “Neste Carnaval, Respeite” (SANTOS, 2018).

Ainda sobre o *Facebook*, destacamos a importância das diversas páginas e grupos virtuais que se articulam para discussão de demandas relativas às mulheres e ao feminismo. Por meio desses grupos, as participantes “debatem, trocam experiências, compartilham notícias, artigos, pedem ajuda, ou simplesmente utilizam-no para o aprendizado” (MARTINEZ, 2019, p. 15). Esses espaços também servem como redes de apoio e espaços de acolhimento para as mulheres, a exemplo dos grupos destinados à discussões sobre violência obstétrica, onde mulheres de diferentes realidades se empoderam de conhecimento e informações sobre direitos relativos ao parto. Munidas de conhecimento, elas passam a questionar o poder público e reivindicar pela garantia de seus direitos, possibilitando a ampliação de políticas públicas relativas às gestantes (OLIVEIRA; PINTO, 2016, p. 402). Já em grupos virtuais sobre cabelos e transição capilar, pautas como racismo, padrão de beleza e estereótipos ligados à mulher negra são postos em discussão, servindo também como espaços para acolhimento e fortalecimento das suas identidades e autoestima (GOMES, 2020).

Sobre o *YouTube*, encontramos canais como *Afros e Afins*, *DePretas*, *JoutJout*, *Prazer, allora* e *Tá Querida*, onde são divulgados vídeos sobre autoestima, saúde mental, gordofobia, racismo, feminismo, transfeminismo e hiperssexualização da mulher negra. Trabalho similar também é visto dentro da rede social *Instagram*, com destaque para a página *@maselenuncamebateu*, onde são compartilhados relatos e denúncias de violências físicas e psicológicas sofridas por mulheres de todo o Brasil (CALDAS, 2017; COELHO, 2016; ROSHANI, 2020; TORRES;

PEREIRA; COSTA, 2021).

Há também a existência de comunidades virtuais e sites destinados à troca de informações e experiências diversas entre mulheres. Na plataforma *Women on Web*, mulheres de 151 países trocam depoimentos e histórias sobre experiências de aborto, legal ou ilegal. O site foi criado em 2005 pela ONG holandesa *Women on Waves*, e tem como objetivo promover apoio, compartilhar informações, e prestar assistência para mulheres que vivenciaram um aborto induzido, ou que decidem abortar em países onde o aborto é criminalizado, como no caso do Brasil (DUARTE; SILVA; PINTO, 2020). Já na plataforma *PretaLab*, o foco é conectar mulheres negras com o mercado de tecnologia. O site oferece programas de formações e qualificações gratuitas para mulheres pretas e indígenas, como também estudos, consultorias e banco de talentos, estimulando iniciativas públicas e privadas em prol da inclusão de mulheres negras neste mercado de trabalho (OLABI, 2022).

Neste estudo, não foram encontrados trabalhos que abordassem a relação entre *ciberativismo* e as mídias sociais *Whatsapp* e *LinkedIn*, nem mesmo que realizassem um mapeamento de redes de apoio e ativismo digital entre a população trans e travesti, o que acentua a escassez de trabalhos publicados sobre a temática. Mas já é possível identificar, por meio dos estudos mencionados, que esse *ciberativismo* já alcança a vida das mulheres e mostra resultados na transformação das suas realidades de vida.

Considerações

As redes sociais já fazem parte do cotidiano de todas as pessoas, sobretudo das mulheres, e seus usos criam demandas, desafios e problemáticas que impulsionam visões polarizadas sobre seus desdobramentos na vida dos sujeitos. Se por um lado existe um campo de estudos dedicado a observar os prejuízos causados por essas mídias digitais às relações humanas e sociais, há também um outro campo que se dedica a analisar as novas possibilidades criadas por intermédio das tecnologias.

No que diz respeito às relações entre mulheres e tecnologia ainda há uma carência de publicações no Brasil sobre o tema, justificando a importância deste estudo para suscitar debates sobre as relações que esses grupos estabelecem com

as redes sociais, os modos de construção de subjetividades femininas, as diferentes formas de sofrimento psíquico às quais as mulheres estão submetidas, e a capacidade de criação de redes de apoio e *ciberativismo* nestes ambientes. Para elas, as redes sociais possuem um caráter antagônico: ora servem como disseminadoras de estereótipos, violências diversas e potencializam de novas formas de sofrimento psíquico, ora como espaços que possibilitam acesso à informações e conhecimento que ultrapassam as barreiras do digital, promovendo a articulação de mulheres em grupos sociais e organizações políticas por meio do *ciberfeminismo*.

Apesar do seu caráter antagônico, não há como sustentar uma dicotomia entre os impactos positivos e negativos dos usos das tecnologias e das redes sociais para a subjetividade das mulheres. Concordamos que os problemas vivenciados pelas mulheres nas redes sociais são um reflexo e extensão dos mesmos problemas enfrentados fora do ciberespaço, o que é ilustrado pelos inúmeros casos de violência e discursos de ódio destinados às mulheres nestes ambientes. Contudo, essa polarização reforça uma visão estereotipada na qual as mulheres são moldadas, de forma acrítica, pelas interações que estabelecem com essas mídias digitais, reduzindo e inviabilizando suas capacidades de construção, pensamento e ação social.

Em contraposição à ideia de Byung-Chul Han (2018a) de que o ativismo digital não alcança a vida “real” dos sujeitos, defendemos que não é mais possível uma divisão arbitrária entre os ambientes “online” e “offline”, pois ambos se complementam e se entrelaçam no percurso das vidas das mulheres, e se relacionam com os processos histórico-culturais da nossa sociedade. Destacamos alguns trabalhos que contradizem essa visão e mostram alguns resultados do *ciberativismo* na transformação da vida das mulheres, tais como: promoção de maiores discussões, visibilidade e denúncias sobre situações de assédio e demais violências sofridas pelas mulheres; criação de espaços para reivindicação de direitos, como por exemplo os relativos ao aborto e ao parto humanizado; modificação de expressões racistas utilizadas no cotidiano, como também de discursos de peças publicitárias que corroboram com estereótipos de gênero e cultura do estupro; e uma maior possibilidade de acesso a capacitações e inclusão de mulheres pretas no mercado de trabalho.

Sendo assim, acreditamos que os usos dessas tecnologias exercem influências e desdobramentos que marcam as subjetividades femininas em diferentes aspectos. No mesmo sentido em que criam novas demandas e não solucionam todos os problemas vivenciados pelas mulheres, elas também oferecem a possibilidade de transformação de suas vidas, servindo como redes de apoio, troca de conhecimento e reivindicações de direitos.

REFERÊNCIAS

- AITA, Elis Bertozzi; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia historicocultural. **Psicologia em revista (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr.2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 abr.2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.
- APROBATO, Valéria C. Corpo digital e bem-estar na rede Instagram: um estudo sobre as subjetividades e afetos na atualidade. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia.**, São Paulo, v. 38, n. 95, p. 157-164, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415711X2018000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jun. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CALDAS, Ana Beatriz. Narrativas feministas no YouTube: Divergências Teóricas e *Vlogging*. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XIX Congresso de Ciências da Computação na Região Nordeste. Fortaleza, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R570572-1.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- CASTELLO, Graziela; MACAYA, Javiera F. M.; CANTONI, Stefania L.; JEREISSATI, Tatiana. **Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais** [livro eletrônico]: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20210312095947/dinamicas-de-genero-no-uso-das-tecnologias-digitais.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.
- CARRERA, Fernanda. Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional. In.: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.
- CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa TIC Domicílios: Resumo Executivo. Brasil: **CETIC.BR/NIC.BR**, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/resumo-executivo-pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2020/>. Acesso em: 6 abr. 2022.
- COELHO, Mayara Pacheco. Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, vol. 11, n. 1, São João Del Rei, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S180989082016000100017. Acesso em: 30 nov. 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, Milane do Nascimento. **“NÓS POR NÓS”**: Solidariedade feminina nas interfaces entre sororidade e dororidade – práticas e discursos em grupos de mulheres numa rede social digital.

Campina Grande-PB: UFCG, 2021. (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/18254/MILANE%20DO%20NASCIMENTO%20COSTA%20-%20TESE%20PPGCS%202021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mar. 2023.

DUARTE, Nanda Isele Gallas; SILVA, Vera Lucia Marques da; PINTO, Liana Wernersbach. A “amiga que já abortou”: um olhar sobre experiências partilhadas em uma comunidade virtual. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, vol. 25, n. 5, p. 1689 -1698, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ynmH7TCmfDSRCZZzBpsmvPy/?lang=pt> . Acesso em: 29 nov. 2022.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismo Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, vol. 44, p. 199-228, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CHYYZ9sKBpMtNZqQy3fLFsb/?lang=pt#>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FORTES, Leonardo de Sousa; MEIRELES, Juliana Fernandes Filgueiras; NEVES, Clara Mockdece; ALMEIDA, Sebastião Sousa; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Autoestima, insatisfação corporal e internalização do ideal de magreza influenciam os comportamentos de risco para transtornos alimentares?. **Revista de Nutrição**, vol. 28(3), p. 253-264, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/nhtnptkxTq4kGQtCXZTyCFp/?lang=pt#>. Acesso em: 28 mar. 2023

GARCIA, Mariana. Mamas, rinoplastia e lipo: Brasil está entre países que mais fazem cirurgias plásticas; veja lista e ranking. **Portal de Notícias G1**. 03/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/03/mamasrinoplastia-e-lipo-brasil-esta-entre-paises-que-mais-fazem-cirurgias-plasticas-veja-lista-e-ranking.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. 6ª ed. Lisboa. Editorial Presença, 2006.

GOMES, Larisse Louise Pontes. Estética em transformação: a experiência de mulheres negras na transição capilar em grupos virtuais. In.: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Enxame Digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a.

_____. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018b.

_____. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018c.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 29 nov. 2022.

HASKY, Flávia; FORTES, Isabel. Desconstruindo polarizações acerca da internet: entrelaçamentos entre os universos online e off-line. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, vol. 16, n. 1, 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472022000100003. Acesso em: 29 nov. 2022.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Saúde mental da população trans: apontar a cisnormatividade para interseccionalizar os corpos. In: CUNHA, Neon; OLIVEIRA, Liamar; DIAS, Jussara; PRESTES, Clélia. **Enfrentamentos dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental**. São Paulo: Editora Dandara: Instituto AMMA Psique e Negritude, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIRA, Ariana Galhardi; GANEN, Aline de Piano; LODI, Aline Sinhorini; ALVARENGA, Marle dos Santos. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria [online]**, vol. 66, n. 3, pp. 164-171, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/6NrPypcRchnc35RH9GLSYwK/#>. Acesso em: 18 out. 2022.

LOPES, Amliz Ferreira; MENDONÇA, Érika de Sousa. Ser jovem, ser belo: a juventude sob holofotes na sociedade contemporânea. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 20-33, 2016.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jun.2022.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos Pagu [online]**, n.36, e195612, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kb7C5tVWZP7nppBDSQjNqTm/?lang=pt#>. Acesso em: 28 nov. 2022.

_____. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas [online]**, v. 29, n. 3, e70177, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/jTjDvt7MK4h4vjnPwchhZR/#>. Acesso em: 30 nov. 2022.

McGUSHIN, Edward. A teoria e a prática da subjetividade de Foucault. In.: TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico. Ministério da Saúde, **Secretaria de Vigilância em Saúde**, Vol. 52, set. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletimsepidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf/view. Acesso em: 16 jun, 2022.

MOROMIZATO, Maíra Sandes; FERREIRA, Danilo Bastos Bispo; SOUZA, Lucas Santana Marques de; LEITE, Renata Franco; MACEDO, Fernanda Nunes; PIMENTEL, Débora. O Uso de Internet e Redes Sociais e a Relação com Índices de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina. **Círculo Psicanalítico de Sergipe**, Aracaju, SE, Brasil, Revista Brasileira de Educação Médica, 41 (4); 497-504, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/h64tYKYMwXDmMJ7NGpmRjtN/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

NOVAES, Joana de Vilhena. **O intolerável peso da feiúra: sobre as mulheres e seus corpos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: Garamond, 2013.

OLABI, Equipe. **PRETALAB REPORT**. [Online] 2022. Disponível em: <https://www.pretalab.com/report-2022>. Acesso em: 30 nov. 2022.

OLIVEIRA, Rafael Santos de; PINTO, Gabriela Rousani. Mães de Suas Decisões: O papel do ciberfeminismo no empoderamento da mulher e na reivindicação de direitos relativos ao parto a partir do acesso à informação. **Revista do Mestrado em Direito da UCB**, v. 10, n. 2, p. 378-405, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/view/7660>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PAHO. The burden of mental disorders in the Region of the Americas, 2000-2019. **Pan American Health Organization**, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/en/noncommunicable-diseases-and-mental-health/enlace-data-portalnoncommunicable-diseases>Acesso em: 16 jun. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

REY, Fernando Luis González. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Tradução de Vera Lúcia Mello. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. Tradução de Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

ROSHANI, Niousha. Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia. In.: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, Luciana Aparecida. **Ciberfeminismo: webativismo feminista em relação a violência simbólica de gênero em peças publicitárias**. São Paulo: Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018 (Trabalho de Conclusão de Curso). Disponível em: <http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000009/00000940.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SANTOS, Vitoria Carmo dos; DIAS, Acácia Batista. Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KMq6vJbgrskFZgCGRpsFpPc/#>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SERPA, Monise Gomes. **Onde estão as “meninas”?** tensionando o conceito de exploração sexual a partir dos estudos sobre pedofiliação e relações de gênero. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016. (Tese de Doutorado). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/153015>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ªed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Flávia Gonçalves da. O adoecimento psíquico na psicologia histórico-cultural: a patopsicologia. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 25, n. 2, ago. 2021. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/71721>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SILVA, Maria Aparecida Santiago da; TULESKI, Silvana Calvo. Patopsicologia Experimental: Abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 20(4), p. 207–16, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/7NDBHq3kD8ZnYmSRKQq8MNF/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiã Tamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Revista psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862017000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 out. 2022.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Discurso Publicitário e Pedagogia do Gênero. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 6, n. 17, p. 37-48, 2009. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/165>. Acesso em: 16 jun. 2022.

TORRES, Rayssa Silva; PEREIRA, Ana Carolina Cavanellas G.; COSTA, Maria de Fátima B. Mulheres e mídias sociais: uma análise a partir da perspectiva arendtiana. **Humanae: questões controversas do mundo contemporâneo**, v. 15, n. 1, 2021. ISSN: 1517-7602. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/834><https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/834>. Acesso em: 13 abr. 2022.

TRINDADE, Luiz Valério P. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In.: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

XAVIER, Giovana. **História social da beleza negra**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

_____. **A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2022.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, pp. 238-246, 2015. ISSN 1984-0292. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/7ZzRG6HkzvbGYj35qZXNzyP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2022.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?. **Caderno de Educação**, ano 20, n. 49, v. 1, pp. 19-42, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/view/2809> Acesso em: 6 abr. 2022.